



Alexandra Manes

A Revolução Cultural

Num arquipélago de nove bairros e muitas discordâncias, é preciso trabalhar de forma ativa e tecnicamente balizada para conseguir promover soluções que sirvam para juntar e que combatam as divisões ativas. A um partido, esteja ele no poder ou na oposição, não deve caber a responsabilidade de dividir para tentar reinar. Agregar pessoas e identidades é tarefa difícil, mas fundamental, entre todas as funções de uma pessoa com responsabilidades políticas.

Para os Açores, essa agregação foi uma miragem, que eventualmente ainda se mantém. Mesmo que aos olhos de quem nos visita possamos parecer uma nação unida, a verdade é que, frequentemente, encontramos um espírito de bairrismo bastante vivo entre nós. Se há ponto onde as nossas diferenças poderiam ser esbatidas, esse ponto deveria ser a nossa identidade cultural. Perguntem a uma habitante das Flores ou a um morador em Vila do Porto, e a resposta não será muito diferente: o que faz de nós açorianas e açorianos é a nossa cultura.

Como tal, a criação de uma política cultural autónoma foi tarefa essencial para a sobrevivência das últimas décadas. Governos de direita e de esquerda trabalharam no sentido de traçar linhas estratégicas com objetivos teoricamente consensuais. Podemos discordar em muita coisa, mas, até há poucos anos, a cultura era algo que unia o arquipélago. Defender artistas e valorizar património. Honrar o passado e perspetivar o futuro. Era assim.

Para os Açores, exigiram-se políticas culturais assertivas, competentes e eficientes, capazes de espelhar os 250 mil habitantes, mas também os 2,5 milhões espalhados por esses mundos afora. Somente nessa escala poderá haver legitimidade para se obter os recursos aparentemente em falta, para construir novos edifícios intelectuais e culturais, e requalificar as tragédias de tempos recentes.

Criar as condições para que tal aconteça é o que se espera, e é somente isso que se exige, das políticas culturais implementadas por um Governo Regional. O resto do trabalho em fazer a Cultura deveria ser

competência dos agentes culturais e dos técnicos do património. Antes era assim.

Há mais ou menos um ano, a responsável política para a Educação e para a Cultura (agora promovida ao Desporto, por motivo que ilude qualquer lógica), promoveu uma verdadeira revolução nos quadros de liderança das Bibliotecas e Museus. Por mandato régio, forçou a saída de pessoas com provas dadas e méritos amplamente reconhecidos pela comunidade. O sismo sentiu-se na Ribeira Grande, em Angra do Heroísmo, Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa e na Horta.

Agora que começam a chegar as pessoas que vieram substituir a competência, assalta o espanto e a incredulidade. Não poderia ser assim. Mas é.

O anterior diretor do Museu da Graciosa, homem com um currículo de décadas de experiência, recentemente reconhecido pela Associação Portuguesa de Museologia, deu lugar a um professor de música, dizem que pianista. O anterior diretor do Museu de Santa Maria, igualmente acarinhado pela comunidade, com anos e anos de trabalho dado e demonstrado, é agora funcionário de uma professora, anterior deputada do PSD. E poderíamos continuar a desfiar o penoso rosário, mas com os exemplos dados já se percebeu o que há, e o que falta.

Não fica dúvida que o requisito dos novos concursos foi o da confiança partidária. A competência foi despromovida, pois que de museus não se lhes conhecem referências nos currículos dos novos mandantes.

A revolução cultural de Mao Tsé-Tung foi trabalho de remodelação de um país dividido em províncias, para unificar a China sobre a bandeira de um ideal único e ditatorial. A da Sra. Secretária da Cultura parece ser vocacionada para a centralização do arquipélago sobre uma ideologia tachista, onde a cultura é decorativa, e o que interessa é quem cala e consente.

O processo de democratização da Cultura anda ao contrário. Em vez de alimentar a chama, tratam de a extinguir nos Açores.

Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática promove formação em Suporte Avançado de Vida Pediátrico

O Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Alonso Miguel, esteve presente em Angra do Heroísmo, na abertura do primeiro de três cursos de Suporte Avançado de Vida Pediátrico (SAVP), destacando a importância da aposta desta formação para profissionais de saúde que intervêm nas situações de paragem cardiorrespiratória em pediatria.

“Estamos a dar um sinal claro de uma aposta firme na evolução, inovação e melhoria contínua, bem como do nosso compromisso em apetrechar o sistema de protecção civil da região com profissionais de saúde mais preparados para responderem de maneira eficaz a emergências críticas, em particular, envolvendo crianças e bebés”, realçou.

Alonso Miguel, que tutela a pasta da Protecção Civil, explicou que, além desta formação “ser há muito reivindicada pelos elementos de saúde, traduz uma necessidade de evoluirmos numa área de diferenciação tão sensível como o suporte avançado



de vida pediátrico”.

Além desta formação, serão realizados mais dois cursos, um na Terceira e outro em São Miguel durante o mês de Julho, destinando-se a enfermeiros que integram as equipas do Serviço de Suporte Imediato de Vida (SIV) de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Faial, Pico, Ponta Delgada e Ribeira Grande, bem como a médicos pediatras e médicos reguladores do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

Após estas acções, que representam um investimento de 17 mil euros, o governante explicou que “será seleccionado um conjunto de médicos e enfermeiros que, numa fase posterior, irão frequentar o curso de Instrutores de SAVP, com o objectivo de constituir uma equipa de formadores desta tipologia e certificar o SRPCBA como Centro da American Heart Association’s (AHA) também nesta área, como já acontece com as vertentes de Suporte Avançado de

Vida Cardiovascular e de Suporte Básico de Vida com DAE”.

Na ocasião, o Secretário Regional lembrou ainda o “investimento significativo” de cerca de 1.5 milhões de euros que o Governo dos Açores tem realizado na área da emergência médica pré-hospitalar nos últimos 4 anos, nomeadamente no aumento do número de Tripulantes de Ambulância de Socorro (TAS), na renovação de equipamentos e na realização de acções de formação, recordando ainda que, apenas no último semestre, na área de saúde, foram ministrados, pelo SRPCBA 22 cursos a 217 formandos.

Por outro lado, Alonso Miguel realçou que, além do investimento, a inovação de equipamentos é uma prioridade, tendo avançado que “está na fase final de implementação o sistema de triagem através de pulseiras em cenários multivítimas e que está ser testada uma plataforma de interacção (designada de Good SAM) entre o médico regulador e a vítima ou prestador de socorro”.